

Prefeitos defendem exploração do mogno

Presidente do Ibama diz a empresários que há pressão internacional por mais restrições

por Raimundo José Pinto
de Belém

Os prefeitos de 11 municípios da ilha de Marajó, no Pará, estão enviando um manifesto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, e a outras autoridades, pedindo a revogação do decreto 1963, do ano passado, que suspendeu por dois anos a concessão de novas autorizações para exploração de algumas espécies de madeira, entre elas o mogno e a virola. A preocupação maior dos prefeitos é com a virola, que existe em grande quantidade nas várzeas do Marajó.

Num encontro realizado no dia 20 de fevereiro em Belém, na Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), os empresários do setor madeireiro encaminharam o mesmo pedido ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins, mas

até agora não obtiveram uma resposta. Em relação ao mogno, Eduardo Martins disse que seria difícil atender ao pedido porque há uma forte pressão internacional inclusive para aumentar as restrições à exploração dessa espécie, com a sua inclusão no anexo II das espécies ameaçadas de extinção.

No Pará, cerca de 20 mil pessoas dependem da virola e várias serrarias fecharam desde o ano passado

Quanto à virola, tanto os empresários como agora os prefeitos destacam o resultado de um workshop realizado no final do ano passado no Amapá, com a participação de técnicos do Ibama, que indicou que a

virola não estaria ameaçada de extinção, porque ela tem uma extraordinária capacidade de regeneração natural. Eduardo Martins destacou que o decreto foi uma medida de precaução, por causa da erosão genética que estaria ocorrendo com a espécie. Ele admite uma revisão no caso da virola, mas destacou que o melhor seria organizar reservas florestais comunitárias que permitissem aos ribeirinhos que exploram a espécie uma melhor organização. Segundo o presidente do Ibama, eles recebem muito pouco das madeiras pela venda da virola.

De acordo com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará e Amapá (Aimex), em torno de 20 mil pessoas dependem da exploração da virola. E os prefeitos do Marajó garantem que boa parte dessa mão-de-obra está sem trabalho. Gervásio Bandeira, prefeito de Bre-

ves, disse que o decreto 1963/96 provocou o fechamento de várias serrarias. A prefeita em exercício de Portel, Trindade Sabóia, disse que a extração da virola emprega muita gente simples porque é uma espécie fácil de ser explorada. E o prefeito de Bagre, Leoci Macêdo, garantiu que a arrecadação do município já caiu em 20% depois da proibição.

Além da revogação do decreto 1963/96, os prefeitos querem a realização de estudos e pesquisas para a criação de um modelo racional de exploração da virola em áreas de várzea e a solução para a questão fundiária, pois os ribeirinhos não possuem a posse dos terrenos que ocupam nas várzeas. Em caráter de emergência, os prefeitos querem a distribuição de cestas básicas de alimentos para os ribeirinhos que estão sem atividade pela proibição da exploração da virola.

11/3/97
G.M.
A.B.